

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Estado de S. Paulo Class.: 68

Data: 23/09/75 Pg.: 20

Governo decreta intervenção em área indígena

Da Sucursal de
BRASILIA

O presidente Geisel decretou ontem intervenção numa área indígena macuxi, a Fazenda São Marcos, em Roraima, por motivo de segurança nacional. Nessa região — localizada próximo à fronteira do Brasil com a Venezuela e próximo à região de Surucucus, onde foi descoberto urânio — será instalado um pelotão de fronteira pelo Ministério do Exército, numa área que abrangerá cerca de 256 dos 600 mil hectares da fazenda, onde a Funai desenvolve diversos projetos econômicos.

A intervenção — a primeira a atingir uma área indígena — foi decretada com base no Estatuto do Índio, que prevê essa possibilidade em casos específicos, ligados à "segurança nacional", "para exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional", ou "para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional", entre outros.

Ao tomar conhecimento do decreto, o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, comentou que os índios que vivem na Fazenda São Marcos não serão prejudicados, pois os grupos ocupam a parte Sul da área, que não foi atingida pela intervenção. Ele revelou, entretanto, que anteriormente a Funai havia sido consultada pelo Exército sobre a possibilidade de cessão de uso da área em questão. "A medida iria ferir o Estatuto do Índio — afirmou o general — de modo que o governo preferiu optar pela intervenção, feita de acordo com o disposto nos Parágrafos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º, do Artigo 20, do Estatuto do Índio". O presidente da Funai disse ainda que o órgão "não tem informações sobre outras intervenções em outras

áreas pertencentes ao patrimônio indígena".

A população indígena do Território — que segundo a Funai praticamente é dona de todas as terras — chega a cerca de 25 mil indivíduos, principalmente dos grupos yanomani, waiká e macuxi. Em março último, entusiasmado com a riqueza do solo da região, o governador Fernando Ramos Pereira tentou entendimentos com a Funai para que fosse criada uma reserva destinada aos índios da região. A opinião do governador era que "uma área rica como essa — com ouro, diamantes e urânio — não pode se dar o luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas atravancando o desenvolvimento". Por isso, ele defendia a hipótese, baseada em "levantamentos detalhados das necessidades de terras dos silvícolas" de um "possível deslocamento daqueles grupos para duas regiões: uma, a Sudoeste de Surucucus e, outra, mais ao Sul, nas proximidades de Catrinami, o que encontra amparo na legislação do País". A prevalecer o Estatuto do Índio, porém, a Funai dificilmente aceitará a sugestão, pois os índios pertencem a grupos diferentes e talvez nem um parque, que pudesse abrigar várias tribos, fosse a solução adequada.

Na época, também, o general Ismarth, diante das declarações do governador de Roraima, defendia que "o índio deve se beneficiar das riquezas minerais existentes nas terras que habitam", afirmando que não há incompatibilidade entre o índio e o progresso. O próprio Estatuto do Índio prevê a integração do índio e dispõe que ele terá participação nos lucros obtidos com a exploração de riquezas minerais encontradas no subsolo das terras em que vive. Como é o caso da Serra de Surucucu, que a intervenção decretada ontem pelo presidente da República pretende proteger e preservar, dada a sua importância para a segurança e o desenvolvimento nacionais.